

Auxiliar convidado, em regime de tempo parcial, tendo produzido efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2014.

21 de novembro de 2014. — O Diretor, *Pedro José Lopes Clemente*, superintendente.

208258204

Despacho (extrato) n.º 14694/2014

Por mútuo acordo, em 31 de julho de 2014 foi realizada a cessação do contrato administrativo de provimento celebrado com Fernando Carlos Rico Cascais Xavier, docente deste Instituto com a categoria de Assistente convidado, em regime de tempo parcial, tendo produzido efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2014.

21 de novembro de 2014. — O Diretor, *Pedro José Lopes Clemente*, superintendente.

208258245

Despacho (extrato) n.º 14695/2014

Por mútuo acordo, em 31 de julho de 2014 foi realizada a cessação do contrato administrativo de provimento celebrado com Daniel Amadeu Teixeira Rodrigues, docente deste Instituto com a categoria de Assistente convidado, em regime de tempo parcial, tendo produzido efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2014.

21 de novembro de 2014. — O Diretor, *Pedro José Lopes Clemente*, superintendente.

208258229

Despacho (extrato) n.º 14696/2014

Por mútuo acordo, em 31 de julho de 2014 foi realizada a cessação do contrato administrativo de provimento celebrado com Maria Manuela Fernandes Barata Valadão e Silveira, docente deste Instituto com a categoria de Assistente convidada, em regime de tempo parcial, tendo produzido efeitos a partir do dia 31 de agosto de 2014.

21 de novembro de 2014. — O Diretor, *Pedro José Lopes Clemente*, superintendente.

208258253

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Aviso (extrato) n.º 13547/2014

Por despacho do Diretor do Centro de Estudos Judiciários, de 14 de novembro de 2014, no uso de competência delegada, na sequência de deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 11 de outubro de 2014, o Juiz de Direito, Lic. Pedro Nuno Carvalho de Figueiredo, foi designado como docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo parcial e em regime de acumulação, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2014, ao abrigo dos n.ºs 1, 2, 3 e alínea a) do n.º 5, do artigo 80.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro.

25 de novembro de 2014. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

208260667

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso n.º 13548/2014

Cessação de procedimento concursal para Assistente de Psiquiatria (Referência 47/AP/2014)

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 21 de outubro de 2014, o procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente de Psiquiatria da carreira especial médica — área hospitalar — para o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Masculino, Matosinhos, aberto pelo Aviso n.º 8879/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 1 de agosto de 2014 (Referência 47/AP/2014), cessa por inexistência de candidatos à sua prossecução, nos termos do disposto no disposto na alínea a) do n.º 1 da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio.

23 de outubro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208262773

Aviso n.º 13549/2014

Concurso interno de geral de ingresso para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho de técnico de informática-adjunto nível 1 da carreira de Técnico de Informática — Serviços Centrais da DGRSP, Lisboa.

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, faz-se público que por despacho da subdiretora-geral de Reinserção e Serviços Prisionais de 5 de novembro de 2014, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de ingresso (referência 52/TI/2014), para o provimento de 1 posto de trabalho da categoria de técnico de informática-adjunto nível 1 da carreira de técnico de informática, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

2 — Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, regulamentado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi solicitado parecer prévio ao INA (Processo n.º 11234) que declarou inexistirem trabalhadores em situação de requalificação com o perfil pretendido.

3 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga anunciada e para as que vierem a ocorrer no prazo de um ano.

5 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se direta e automaticamente pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de julho e 97/2001, de 26 de março e Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril.

6 — Local de trabalho — Gabinete das Tecnologias de Informação e Comunicação — Serviços Centrais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Av. da Liberdade, n.º 9, em Lisboa.

7 — Caracterização do posto de trabalho — compete ao técnico de informática desempenhar funções de conceção e aplicação em qualquer das seguintes áreas:

- a) Infraestruturas tecnológicas;
- b) Engenharia de software.

8 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é o correspondente à respetiva categoria, fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e legislação complementar.

9 — Requisitos de admissão ao concurso:

9.1 — Podem concorrer ao concurso os candidatos que, até ao termo do prazo de apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos gerais de admissão a concurso em funções públicas, definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Requisitos especiais: Possuir curso tecnológico adequado, curso de escolas profissionais ou curso que confira certificado de qualificação de nível I em áreas de informática.

9.3 — Ser detentor de vínculo de emprego público, por tempo indeterminado, previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º e do artigo 17.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais e entregues até ao termo do prazo:

- a) Pessoalmente (das 9h às 13h e das 14h às 18h), nas instalações da DGRSP, na Avenida da Liberdade, 9, 2.º Esq., Lisboa;
- b) Por correio registado, com aviso de receção, para:

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
(Procedimento concursal — Ref. 52/TI/2014)
Avenida da Liberdade, 9, 2.º Esq.
1250-139 Lisboa